



Ordem do dia eletrônico vai agilizar votações

■ Novo passo no projeto de modernização da estrutura administrativa e legislativa do Senado deve ser dado ainda este ano. Conforme o 1º secretário da Mesa, Romeu Tuma (foto), o sistema vai tornar mais rápida a busca de projetos, pareceres e emendas em pauta e propiciar economia de grande quantidade de papel

Página 6

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.723 - Brasília, segunda-feira, 23 de junho de 2003

Senadores ouvem ministro sobre evasão de divisas

■ Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, deve comparecer quarta-feira à Comissão de Fiscalização e Controle para falar das investigações a respeito da remessa de recursos ao exterior por meio das contas CC-5. As operações teriam provocado prejuízos em torno de US\$ 30 bilhões

Página 3

MP do salário mínimo na pauta amanhã

A pauta do Senado pode ser desobstruída amanhã, com a votação das emendas ao projeto de conversão da MP que fixou o salário mínimo em R\$ 240. Outras oito MPs aguardam votação.

Página 3



Célio Azevedo

Agências reguladoras em discussão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura vai ouvir, em audiência pública na quarta-feira, os diretores das agências reguladoras sobre a gestão financeira e de recursos humanos.

Página 3

Adoção da TV digital no Brasil será debatida

Será realizada, na quarta-feira, audiência pública para discutir a implantação da TV digital no Brasil, com a presença de representantes do governo, das emissoras e da indústria eletrônica.

Página 6

SEGURIDADE SOCIAL

Proposta que proíbe desvio dos recursos da Seguridade Social para outras áreas será analisada amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (foto)

Página 8

Estatuto do Idoso pode ser votado em julho

O senador Paulo Paim pedirá ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que inclua seu projeto do Estatuto do Idoso na pauta de convocação extraordinária de julho.

Página 3

Paim quer isentar da CPMF maiores de 60

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, projeto de lei de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS) que isenta pessoas com mais de 60 anos do pagamento da CPMF, a contribuição provisória sobre movimentação financeira.

Na justificativa do projeto, o parlamentar destaca o "grande alcance social da medida, que proporcionará alívio financeiro para boa parte dos 13,9 milhões de aposentados que recebem apenas um salário mínimo por mês".

Paulo Paim ressalta também que, pelo censo do ano 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 8,5% da população brasileira é constituída de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Virgílio destaca os 132 anos de associação

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou a comemoração do 132º aniversário da Associação Comercial do Amazonas (ACA), que, ao longo de sua existência, "ostenta uma notável bagagem de bons serviços prestados ao comércio do estado". Dirigida pelo empresário José de Moura Teixeira Lopes, a entidade reflete, segundo o senador, o desenvolvimento local.

Virgílio disse que, devido à intensa pauta do Senado, não poderá estar presente à solenidade comemorativa do aniversário, quando a associação vai conceder medalhas do mérito a cidadãos amazonenses.

Agenda

Atividades em Plenário se iniciam às 14h30

A sessão de hoje do Plenário do Senado, marcada para às 14h30, será dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares. Na sessão de

amanhã, os senadores devem votar as emendas apresentadas pelo PFL e PSDB ao projeto de conversão à medida provisória que fixou em R\$ 240 o salário

mínimo; o projeto que beneficia agricultores familiares atingidos pela estiagem; e o que trata da propaganda de cigarros e bebidas.

Em debate, remessa ilegal de dólares ao exterior

Para debater o problema de remessas ilegais de divisas ao exterior por meio de contas CC-5, e da agência do Banestado em Foz do Iguaçu (PR), a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) recebe na quarta-feira, às 11h, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz

Bastos, o secretário-executivo do Ministério, Luiz Barreto, e o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda. A questão das remessas de dólares por meio das contas CC-5 também será investigada por uma CPI mista do Congresso.



Senadores ouvem autoridades sobre agências reguladoras

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência pública na quarta-feira, às 10h, para discutir as

gestões administrativas, financeiras e de recursos humanos das agências reguladoras. Devem comparecer representantes das

Agências Nacionais de Energia Elétrica (Aneel), Petróleo (ANP), Telecomunicações (Anatel) e Águas (ANA).



Comissão de Orçamento realiza reunião amanhã

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa na reunião de amanhã, às 14h30, parecer favorável do senador do PFL baiano César Borges (foto) à abertura de crédito especial para a Justiça Eleitoral e requerimento

convidando o auditor da Secretaria de Fazenda de Pernambuco Jorge Amaral e o corregedor do contencioso tributário daquele estado, Marcos Mazoni, para audiência sobre defesa do contribuinte.

Filme aborda problema das armas

O documentário *Tiros em Columbine*, do diretor norte-americano Michael Moore, será exibido na quinta-feira, às 12h30, no Auditório Petrônio Portella, como parte da programação da Semana da Segurança Pública, promovida pelo Câmara dos Deputados. Após o filme, haverá debate sobre armas e segurança pública com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) – foto – e o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).



Saúde mental em discussão

Na próxima quinta-feira, às 9h, a Subcomissão Temporária de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais promove audiência pública para discutir o problema da saúde mental no país, com a presença, entre outros, do coordenador da Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado.

Audiência sobre TV digital

Amanhã, às 10h, a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática discute a implantação da TV digital no Brasil. Foram convidados para audiência pública representantes do governo, das emissoras, da indústria de eletroeletrônicos e da associação de TVs por assinatura.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Serys cobra direitos para as mulheres

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) conclamou o governo brasileiro e dos diversos países a adotar medidas concretas destinadas a promover, de fato, a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em pronunciamento sexta-feira, ela disse que o fim dos preconceitos e das desigualdades é condição para a nação brasileira começar a falar em uma real experiência democrática e cidadã.

Serys fez essas afirmações ao dar conhecimento à Casa da realização do seminário internacional denominado "Direitos Políticos das Mulheres na América", realizado no Senado mexicano nos dias 10 e 11 de junho. A senadora, que participou do evento representando o Senado brasileiro, afirmou que a mulher não deseja ser mais que os homens, mas apenas igual, em todos os direitos.

Ela informou que o seminário serviu para debater problemas que afligem a todas as mulheres, a começar pela discriminação salarial, e sobre o papel do sexo feminino na família, no trabalho e na política. Destacou, também, a necessidade de criação de um organismo internacional de proteção à mulher, sugestão aprovada durante o seminário, bem como a criação de dispositivo legal destinado a punir com maior rigor a violência praticada contra as mulheres, incluindo a doméstica.

Quanto à participação da mulher na vida política brasileira, Serys lembrou, em discurso proferido no seminário, que o sexo feminino nunca foi tão bem representado na história do Brasil, sendo que questões de interesse das mulheres historicamente negligenciadas, como o acesso e proteção da mulher no mercado de trabalho, passaram a ser debatidas com a devida legitimidade.

Ministro falará sobre contas CC-5

■ **Márcio Thomaz Bastos discute na Comissão de Fiscalização e Controle remessas ilegais de dólares ao exterior**

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, comparecerá à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) na quarta-feira, às 11h, para discutir crimes envolvendo remessas de divisas ao exterior por meio das chamadas contas CC-5.

Ele deverá explicar especialmente quais são as dificuldades encontradas pelos órgãos policiais brasileiros para conseguir que os Estados Unidos quebrem o sigilo bancário de suspeitos que mantêm conta naquele país.

O comparecimento do ministro foi acertado pelos integrantes da comissão, que aprovaram na semana passada, por unanimidade, requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Comissão avalia agências reguladoras

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência pública na quarta-feira para ouvir diretores das agências reguladoras. O objetivo, segundo o presidente da CI e autor do requerimento pela audiência pública, senador José Jorge (PFL-PE), é obter esclarecimentos e informações sobre as gestões financeiras e de recursos humanos nos órgãos reguladores.

Estarão presentes Luiz Guilherme Schymura, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); José Mário Abdo, da Agência Nacional de Energia (Aneel); Sebastião do Rêgo Barros, da Agência Nacional do Petróleo (ANP); e Jerson Kelman, da Agência Nacional de Águas (ANA).



REQUERIMENTO. José Jorge é o autor do pedido de realização da audiência pública na CI

Segundo o presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o ministro estará acompanhado do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda, e do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto.

Para a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), o comparecimento de Márcio Thomaz Bastos servirá para que o colegiado aprofunde as investigações sobre evasão de divisas, que, observou, chega a alcançar a cifra de US\$ 30 bilhões, principalmente por meio da agência do Banestado em Nova York. Ela

entende que, apesar da criação de uma CPI no Congresso para examinar as denúncias, a CFC deve continuar sua investigação, para apontar os culpados e tentar repatriar o dinheiro.

A CFC ouviu dia 21 de maio o delegado da Polícia Federal José Francisco de Castilho Neto, que vinha investigando o assunto e afirmou já ter em mãos o mapa da evasão de divisas ocorrida nos últimos anos, que alcança US\$ 30 bilhões e envolve 1.600 brasileiros titulares de contas CC-5 na agência do Banestado em Nova York.



PRESENCAS. Suassuna informou que Polícia Federal terá dois representantes na reunião

▼ Sistema foi criado em 1969 pelo Banco Central

As contas CC-5 permitem que empresas com sede no exterior, firmas brasileiras e pessoas físicas transfiram dinheiro para fora do país usando o sistema bancário. São usadas ainda para o envio de recursos a brasileiros que vivem em outros países. Elas foram regulamentadas pelo Banco Central (BC) em 1969 por meio da Carta Circular nº 5, daí o nome CC-5.

Funciona do seguinte modo: uma pessoa faz o depósito, em reais, para a conta de uma agência em ou-

tro país. A agência deve ter autorização do BC para operar com a CC-5. Uma vez recebido o depósito, ele é transformado em dólares. Não há limite para o envio de dinheiro. A única exigência é a identificação dos valores e de quem está remetendo e recebendo.

As CC-5 acabaram sendo usadas por empresas e pessoas físicas, que enviam recursos ao exterior para proteger seus patrimônios. Em 2002, as CC-5 chegaram a US\$ 9,1 bilhões, segundo o Banco Central.

Votação da MP do salário mínimo pode desobstruir pauta na sessão de amanhã

Se a pauta de votações do Senado for desobstruída amanhã, oito propostas de emendas à Constituição (PECs) estarão na ordem do dia para ser discutidas e votadas pelos senadores nas sessões que se seguirão.

A pauta só será desobstruída com o término da votação do projeto de conversão à medida provisória (MP) que fixou o salário mínimo em R\$ 240. A parte principal do texto está aprovada, mas a falta de quórum adiou a conclusão da votação.

Caso a pauta seja desobstruída, ainda amanhã poderão ser votadas três outras MPs que aguardam deliberação: a que normatiza o seguro-safrá, destinado a agricultores familiares vitimados pela seca; a que dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas; e a que abre crédito extraordinário de R\$ 89,1 milhões para o Ministério dos Transportes.

Votadas essas medidas provisórias, na quarta-feira o Senado poderá decidir, em primeiro turno, sobre PEC do senador

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que altera as regras para demarcação de terras indígenas. Também de Mozarildo Cavalcanti, aguarda decisão proposta que acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoa-

bilidade. Por esse princípio, a administração pública terá que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional e sintonizados "com o senso normal de pessoas equilibradas". Na mesma quarta-feira está previsto o debate de duas propostas, de autoria dos ex-senadores Sérgio Machado e Carlos Patrocínio, que instituem no país o voto facultativo. Aguarda ainda discussão proposta do senador licenciado Maguito Vilela dispendo sobre a incorporação, pelos tribunais de contas dos estados, de atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios; também aguarda discussão outra proposta, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), criando condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento.

De autoria também de Carlos Patrocínio, outra PEC que aguarda discussão estabelece que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso, e não em conjunto, como ocorre atualmente. Também depende de decisão PEC do senador Omar Dias (PDT-PR) redefinindo a competência do Congresso na apreciação dos atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.



NA FILA. Diversas PECs aguardam a desobstrução da pauta para serem apreciadas pelo Plenário

Paim quer Estatuto do Idoso em pauta

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), vai solicitar ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, que inclua o Estatuto do Idoso, projeto de sua autoria, na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, em julho. Ele recebeu na sexta-feira, no exercício da Presidência, o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), João Lima, acompanhado de Valdete Rolim, do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), e de Josefa Brito, representante de movimentos de idosos.

– Também vou solicitar ao deputado João Paulo que o Mosap e a Cobap sejam ouvidos na comissão especial que discute a reforma da Previdência, porque representam cerca de 30 milhões de pessoas – afirmou.

Paim também se comprometeu a levar representantes das duas entidades à audiência que terá, na semana que vem, com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo, para discutir a realização de uma auditoria nas contas da Seguridade Social, visando determinar se a Previdência é realmente deficitária, como diz o governo, ou se os recursos estão sendo desviados para outros setores da administração pública, como dizem os servidores.

– Vamos resolver esse impasse. Com uma auditoria feita pelo TCU, órgão auxiliar do Legislativo, faremos com que a verdade apareça. Os dados que o João Lima me apresenta demonstram que, num mês do ano passado, mais de R\$ 6 bilhões foram retirados da Seguridade Social para outros fins, como, por exemplo, para o Ministério do Planejamento e para o Ministério da Defesa. Se nós efetivamente conseguirmos fazer que todos os recursos da Seguridade fiquem na Seguridade, estou convencido de que a Previdência não será deficitária – observou.

Paulo Paim também prometeu ao presidente da Cobap apresentar proposta de decreto legislativo corrigindo defasagem nos vencimentos dos aposentados em relação ao salário mínimo.

SEGURANÇA

Valmir Amaral quer mais rigor contra narcotráfico

Para o senador Valmir Amaral (PMDB-DF), o crime organizado aliado ao narcotráfico instaurou no Brasil um verdadeiro poder paralelo ao do Estado. Preocupado com o crescimento das atividades executadas por criminosos integrados em tais organizações, o senador apresentou projeto que inclui no Código Penal a previsão de que a participação em associações dessa natureza seja considerada um delito, mesmo quando o integrante não tenha atuado diretamente nos crimes cometidos.

– As organizações criminosas não apenas participam dos crimes, mas fornecem um quadro de apoio aos criminosos – afirma ele.

A inclusão na lei dessa nova tipificação é importante, segundo o senador, porque atua-



RIGOR. Valmir Amaral propõe tipificar participação em organização criminosa

liza a legislação relacionada ao crime e, ainda, responde ao anseio de uma população cada vez mais intimidada pela violência crescente.

– O projeto apresenta a participação em organizações dessa natureza como delito autônomo – explica Valmir Amaral.

Raupp questiona pesquisa sobre violência em Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, esclarecimento sobre os métodos utilizados na condução de uma pesquisa sobre violência feita pela secretaria, publicada pela revista *IstoÉ*, há duas semanas. Na publicação, os estudos atribuem a Rondônia índices crescentes de criminalidade, tendo Porto Velho liderado o número de homicídios dolosos no país.

De acordo com o parlamentar, a revista foi levada a divulgar "informações distorcidas a seus leitores". Isso porque, acrescentou, os dados da pesquisa divulgada se referem ao primeiro semestre de 2002, quando um levantamento fornecido pela Segurança Pública

de Rondônia afirma que em maio de 2003 houve uma redução de 20% nos índices de criminalidade no estado.

– Nesse contexto, do ano passado para cá, medidas enérgicas têm sido tomadas para aplacar a situação. Portanto, longe de ter assumido a liderança em mortes violentas, Porto Velho já cedeu lugar para as outras capitais na pesquisa – disse Raupp.

Contudo, o senador afirma que não se pode esconder as adversidades às quais o Norte do país está exposto. Segundo ele, o impacto dos 1.370 quilômetros de fronteira e a histórica situação periférica de Rondônia na Federação implica em dificuldades orçamentárias, o que afeta a implementação de política de segurança eficaz.

Iris sugere medidas para o fim da informalidade

■ Senadora aplaude iniciativas do governo, mas considera que problema requer soluções complexas

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou em Plenário, na sexta-feira, que não adianta o governo tentar reduzir a informalidade da economia, onde trabalham mais de 40 milhões de brasileiros, pela flexibilização das leis trabalhistas, como fez o governo passado. Para ela, o problema não é o custo trabalhista, mas a "falta de dinheiro" do empregador informal, que tem baixa competitividade e lucros reduzidos.

– O fim da informalidade exige soluções complexas, como a redução da carga tributária para o empresariado, mais oportunidades de crédito, melhora na distribuição de renda e mais acesso a educação. Isso leva ao crescimento econômico – opinou a senadora.

As medidas adotadas pelo

governo Fernando Henrique Cardoso para reduzir os custos trabalhistas e incentivar a contratação formal, como a criação do banco de horas, dos contratos temporários e da jornada de trabalho parcial, "não produziram os efeitos desejados", lamentou Iris.

Ela aplaudiu o anúncio, feito pelo atual governo, de algumas medidas para estancar o crescimento de empresas informais, especialmente a simplificação de procedimentos burocráticos e algumas reduções de tributos. No entanto, ela acredita que as mudanças não são suficientes. "Insisto que a formalidade só aumentará no dia em que houver pagamento de tributos dentro das possibilidades do pequeno negócio informal", afirmou.

Previdência

Incentivos à formalização de micro e pequenas empresas, lembrou a senadora, ajudarão a resolver outro problema sério do país – a Previdência Social. Quanto mais empresas legalizadas, ponderou, maior será a arrecadação previdenciária, re-



MUDANÇA. Carga tributária deve ser adequada ao pequeno negócio, diz Iris de Araújo

duzindo o atual déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que os 40 milhões de trabalhadores do mercado informal que nada contribuem para a Previdência "representam uma bomba-relógio". Daqui a alguns anos, observou, o Estado terá de encontrar uma forma de oferecer pelo menos o salário mínimo para essas pessoas, "ou elas vão morrer de fome na velhice".

Projeto de Sibá incentiva primeiro emprego

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar, em uma de suas próximas reuniões, projeto de autoria do senador Sibá Machado (PT-AC) que concede incentivo fiscal a microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (Simples) que contratarem jovens para o primeiro emprego. Pela proposta do senador, a empresa que empregar pessoas entre 18 e 24 anos



OPORTUNIDADE. Sibá defende redução de impostos para empresa que empregar jovens

de idade e que nunca tenham trabalhado com carteira assinada ou

contrato regular de trabalho poderá deduzir do Simples 50% do montante líquido dos salários pagos no mês.

Para Sibá Machado, o projeto tenta amenizar o grave problema do desemprego no país. Ele destaca a necessidade de estimular a concessão da primeira oportunidade aos jovens, "possibilitando-lhes adquirir a experiência no trabalho e, desta forma, deixar de engrossar as estatísticas de desemprego".



Mercado de ações tem potencial para financiar crescimento, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) sugeriu que o governo incentive o mercado de capitais como uma forma de colocar dinheiro à disposição das empresas, sem o pagamento de juros extremamente elevados. Ele lembrou que nos países mais desenvolvidos, a captação de dinheiro pelo mer-

cado de ações é o caminho encontrado para financiar o crescimento das empresas de forma mais saudável.

– Há necessidade de democratização do nosso mercado de capitais, tanto com a venda pulverizada de ações para a população, quanto o reforço de mecanismos como os fundos

de pensão – recomendou.

Jucá destacou a divulgação do trabalho Soluções para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais Brasileiro, coordenado pelo professor Carlos Antônio Rocca, patrocinado pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e apresentado pelo ex-ministro do Planejamento

João Paulo dos Reis Velloso.

A atual discussão sobre juros, disse Jucá, não teria tamanha repercussão se as empresas fossem incentivadas a tomar dinheiro pela venda de ações nas bolsas de valores. O senador recomendou à equipe econômica a leitura do trabalho do professor Rocca.

Debate do PPA passa pelos estados

Governo realiza fóruns para que lideranças locais apresentem sugestões

O líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), informou que o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 está sendo preparado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva com a participação dos estados. Até o próximo mês, anunciou, serão realizados fóruns nas capitais para que as lideranças locais possam apresentar sugestões de projetos e programas.

– É a primeira vez que um plano com os objetivos e metas do governo federal é verdadeiramente discutido com a



INOVAÇÃO. Amir Lando destaca que pela primeira vez população discute o projeto

população. Afinal, o objetivo do governo Lula não é apenas o crescimento, mas o desenvolvimento de todos os estados e regiões do país – disse.

Lando criticou a forma como foi elaborado o PPA 2000-2003

pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Os estudos que sustentaram o programa à época, afirmou, foram levados aos estados "de forma pronta e acabada" e as discussões "se transformaram em meros acontecimentos formais, divulgados em verdadeiros espetáculos", com as autoridades querendo legitimar o que haviam decidido nos gabinetes de Brasília.

O PPA do governo anterior, de acordo com Amir Lando, líder do governo no Congresso, foi, na verdade, "concebido por uma consultoria internacional, ligada a interesses exógenos".

Lando observou que as propostas do Plano 2000-2003 constituíam "um portfólio" de investimentos macrorregionais, "orientando o crescimento econômico no sentido de atender a demandas externas". Para ele, essa era a concepção dos chamados "eixos nacionais de desenvolvimento". Assim, para as regiões que não se enquadravam nos "eixos nacionais", o governo indicou, "no máximo, políticas compensatórias".

– Não era um planejamento nacional – opinou o líder governista e, como resultado, afirmou, cada setor passou a "planejar" separadamente sua atuação. Dessa forma, os cidadãos se transformaram em apenas "público-alvo" de políticas separadas.



PROMESSAS. Para Arthur Virgílio, presidente Lula ainda não começou a governar

Virgílio critica a atuação do governo Lula

Os Ministérios da Assistência e Promoção Social e do Desenvolvimento Agrário não aplicaram, até agora, um único centavo em investimento. A denúncia é do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), que criticou a atuação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o senador, Lula ainda não começou a governar.

– A impressão que se tem é a de que o país mergulhou no ritmo do PT, ou seja, o tempo passa e nada de realizações – ressaltou Arthur Virgílio. A seu ver, as sucessivas reuniões ministeriais promovidas pelo governo vêm se mostrando improdutivas. Enquanto isso, assinalou, a sociedade continua a esperar o anúncio de alguma medida de impacto, como a retomada do desenvolvimento nacional. Arthur Virgílio disse que na última reunião ministerial o governo simplesmente abriu a discussão em torno do Plano Plurianual (PPA), não apresentando nada de novo. Na verdade, observou o senador, o plano se transformou em mera carta de intenção.

Ele criticou também a promessa "não cumprida" pelo governo de instalar, em curto prazo, cerca de 4 mil computadores em 3 mil municípios considerados pobres; a não liberação de recursos para a área social; e o corte de verbas para os Ministérios da Integração Nacional, das Cidades e do Esporte.

Heloísa propõe revisão das dívidas do Pronaf

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) propôs a revisão da correção dos financiamentos rurais firmados até 31 de dezembro de 2002, no âmbito dos Programas de Crédito para a Reforma Agrária (Procer) e de Agricultura Familiar (Pronaf) ou com recursos dos Fundos Constitucionais e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O cálculo dos novos saldos devedores seria feito no prazo de 90 dias após eventual aprovação do projeto.

Segundo Heloísa Helena, as leis e atos normativos do governo federal resultaram no desequilíbrio entre a correção monetária dos contratos e a média da variação dos preços mínimos oficiais, nos mesmos períodos. A incidência de juros e de correção monetária foram também fixadas em níveis superiores às que as dos contratos originais, explicou.

O projeto prevê a exclusão, do saldo devedor de cada contrato de valor até R\$ 200 mil, da parcela decorrente desses desequilíbrios, bem como dos lançamentos a título de multa, de juros de mora, honorários advocatícios e taxa ou comis-

são de permanência.

Segundo a proposta da senadora, serão excluídos da revisão indústrias, armazenadores, comerciantes e outros setores que têm acesso aos recursos do crédito rural, restringindo o benefício aos agricultores. O projeto exclui ainda os depositários infiéis e aqueles que desviaram

crédito ou estão em débito com a Receita Federal.

Heloísa reconhece, na justificativa do projeto, que medidas governamentais recentes deram novo fôlego ao setor, mas argumenta que os problemas não ficaram resolvidos.

Transferência

Para a senadora, apesar do alongamento dos prazos e da concessão de bônus, um montante do saldo devedor total foi inflado por medidas que prejudicaram os produtores e os cofres públicos, resultando em transferências de recursos para o setor financeiro.

O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, o que dispensa votação em Plenário, caso não haja recurso nesse sentido assinado por um décimo dos senadores.



SEM SOLUÇÃO. Heloísa afirma que as medidas recentes não resolveram o problema

Bornhausen quer facilitar diagnósticos

Está pronta para ser votada em Plenário proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que flexibiliza a produção de radioisótopos, elemento radioativo utilizado na medicina, para diagnósticos de alta precisão em casos de câncer, cardiopatias e doenças do cérebro. A legislação atual determina que a produção desse tipo de material é exclusiva da União.

O senador reconhece que a adoção do monopólio estatal para o manuseio de radioisótopos tem o objetivo de diminuir os riscos inerentes a materiais radioativos, e lembra que o país já enfrentou experiências traumáticas na área, como foi o caso do acidente com resíduos radioativos ocorrido em Goiânia em 1987. Mas afirma que, no caso dos radioisótopos, os benefícios superam os riscos, que já são menores por se tratar de um elemento conhecido como de meia-vida curta, o que significa que é eliminado rapidamente do organismo.

Além disso, a alteração proposta mantém a atividade de produção de tais elementos sob o controle da Comissão Nacional de Energia Nuclear



MAIOR ACESSO. Projeto de Bornhausen flexibiliza produção de radioisótopos

(Cnem), esclarece o senador.

A proposta, já aprovada pela Comissão de Constituição e Cidadania, autoriza a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas, para uso médico, agrícola ou industrial. "Isso aumentaria a utilização de modernas tecnologias da medicina nuclear", justificou o senador. Bornhausen informa que a demanda cada vez maior por diagnósticos e tratamento oriundos dessa tecnologia vem sendo frustrada pela incapacidade de produção estatal.

A Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular, o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico de Imagem e autoridades do Ministério da Ciência e da Tecnologia apóiam a iniciativa.

Jucá pede preservação da água doce

A preservação dos mananciais de água doce foi defendida pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele conclamou os governantes a saírem da "inércia política" e adotarem políticas de combate ao desperdício, à poluição, ao desmatamento e ao assoreamento dos rios para uma melhor gestão dos recursos hídricos. Essas medidas, disse o senador, são urgentes e necessárias à sobrevivência das futuras gerações.

Jucá lembrou resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), assinada por 148 países, que declarou 2003 como o Ano Internacional da Água Doce, para aumentar a consciência sobre a importância da proteção e do gerenciamento da água no planeta.

O senador citou relatório da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) que adverte para a escassez de água no mundo, pois os mananciais do planeta estão sendo reduzidos pela poluição e o aquecimento global. O relatório prevê a redução das reservas mundiais de água doce em cerca de um terço nos próximos 20 anos, deixando claro que não haverá água suficiente para a agricultura, que consome 70% da água doce no mundo.

O senador lembrou que a poluição industrial e os dejetos humanos lançados nos rios e mares são a base da crise da água, tanto no Brasil como em todo o mundo. Estima-se que haja 12 mil km³ de água contaminada no mundo, quantidade essa maior que o total existente nas dez maiores bacias hidrográficas do planeta. Se o ritmo não se alterar, essa contaminação pode atingir 18 mil km³ em 2050, quando a população mundial será de 9,3 bilhões de pessoas.

Senado implanta ordem do dia eletrônica este ano

■ Novo sistema vai proporcionar maior agilidade às votações e grande economia de tempo e papel

O Senado está prestes a implantar um sistema que vai agilizar as votações em Plenário e propiciar economia de toneladas de papel. Trata-se da informatização da ordem do dia, um processo que deverá facilitar a consulta dos senadores às matérias em pauta para votação. A expectativa é de que esse novo passo no projeto de modernização da estrutura administrativa e legislativa seja implementado ainda no segundo semestre de 2003.

O 1º secretário da Mesa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), explicou que a automação da ordem do dia foi iniciativa da atual Comissão Diretora e está sendo desenvolvida pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen). O projeto prevê a instalação de um computador portátil na mesa de cada senador.

A consulta à ordem do dia por meio eletrônico, na opinião de Romeu Tuma, vai imprimir



RAPIDEZ. Segundo Tuma, consulta à ordem do dia eletrônica vai dar maior rapidez na busca dos projetos

maior rapidez na busca dos projetos, pareceres e emendas em pauta, além de eliminar os "calhamaços" de centenas de páginas. Na sua avaliação, os senadores terão mais tranquilidade para votar e maior controle sobre a qualidade de seu voto.

Racionalização

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, lembrou que a ordem do dia vem experimentando uma série de ajustes nos últimos oito anos. A supressão do descritivo dos pro-

jetos, dos vetos e das medidas provisórias que aguardam deliberação, por exemplo, proporciona economia média mensal de R\$ 50 mil nos gastos com papel. Carreiro informou que essa racionalização progressiva já levou à economia de 12 toneladas de papel em um único ano.

Embora a meta seja substituir a ordem do dia em papel por meio eletrônico, Carreiro revelou que os dois sistemas irão coexistir durante algum tempo. Dos 150 exemplares completos publicados diariamente, com 350 páginas em média, apenas 40 devem continuar a ser editados e distribuídos.

Outra vantagem é a possibilidade de os senadores conhecerem a pauta de votação com três dias de antecedência. O projeto prevê a antecipação da agenda mensal.

O diretor-executivo do Prodasen, Mário Lúcio Medeiros, aponta a economia de tempo e de papel e a facilidade de consulta e manuseio dos dados como as principais vantagens do sistema, cujo custo preliminar foi estimado em R\$ 1 milhão.

Lúcia Vânia destaca reunião de prefeitos

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou a realização, no último dia 17, em Brasília, do encontro de prefeitos tucanos, que marcou, segundo disse, o início da mobilização do PSDB para as eleições municipais. O evento também foi importante, acrescentou a senadora, porque representou uma oportunidade de os membros do partido analisarem as propostas de reforma tributária e previdenciária e reunirem sugestões para elas.

Citando o ex-senador Franco Montoro, um dos fundadores do PSDB, Lúcia Vânia ressaltou que "as pessoas vivem nos municípios". É nas cidades, frisou, "que são sentidos, de forma dramática, os efeitos do contingenciamento de gastos e dos juros altos e as dificuldades de acesso ao crédito, que tanto afetam os planos de desenvolvimento local".

A senadora afirmou que, "em respeito aos esforços das lideranças municipais de seu estado, Goiás, tem se empenhado para manter informados todos os prefeitos sobre as questões que lhes interessam no dia-a-dia, como a suspensão do repasse das emendas aprovadas no final do governo Fernando Henrique Cardoso – os chamados restos a pagar – e o acompanhamento das alterações propostas pelas reformas tributária e previdenciária.

Lúcia Vânia acrescentou que seu gabinete vem repassando aos prefeitos a sistemática de elaboração de projetos junto aos ministérios, para facilitar o acesso aos recursos federais por meio de programas de interesse dos municípios.

– Esperamos contribuir para a manutenção da marca de competência administrativa, social e política do PSDB – concluiu a senadora.

João Alberto cobra respeito à proibição de cigarro na Casa

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) apresentou indicação à Mesa do Senado para que seja cumprida a Lei nº 9.294, que proíbe o uso de cigarros ou qualquer outro produto fumífero, derivado do tabaco ou não, em local coletivo, público ou privado, salvo em área específica a esse fim, nas dependências da Casa.

João Alberto argumenta que

os corredores do Senado têm se transformado em verdadeiros *fumódromos*, tornando o ambiente extremamente desagradável para os não fumantes. Ele lembrou, ainda, que pesquisas médicas mostram que os males causados pelo fumo, como o câncer de pulmão e a bronquite crônica, podem ser provocados em não fumantes que vivem em ambientes poluídos.



MALES. João Alberto lembra que fumante passivo está exposto a várias doenças graves

Audiência pública discute TV digital no país

A Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática realizam, na quarta-feira, às 10h, audiência pública para discutir a implantação da TV digital no Brasil. Os requerimentos propondo a reunião foram dos senadores Demostenes Torres (PFL-GO) – foto – e Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Foram convidados para debater com os senadores o diretor-presidente da Associação

Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), Paulo Saab; o diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta e da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Jorge da Cunha Lima; e o diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (Abta), Antônio João Filho. Também participam da audiência pública, a convite dos senadores, o subsecretário de

Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Comunicações, Marcos Dantas Loureiro, e o editor-executivo do *Jornal do Brasil*, Nelson Hoineff. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da subcomissão, disse que o tema "ganhou novas diretrizes", até mesmo com a cogitação de que o país possa desenvolver um sistema próprio e não optar por nenhum dos três já existentes.





PATRIMÔNIO. Para Zambiasi, FGTS pertence ao trabalhador e pode ser usado na sua formação

Zambiasi quer liberar FGTS para educação

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou projeto de lei autorizando a movimentação de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para que o trabalhador financie encargos educacionais de cursos de ensino médio, superior ou de pós-graduação. A autorização seria concedida para custeio educacional do trabalhador e de seus dependentes. Na justificativa de sua proposta, Zambiasi argumenta que a utilização da conta do FGTS se justificaria pela importância crescente da educação na formação e no aprimoramento do indivíduo no mundo globalizado, no qual as chances de desemprego aumentam, sobremaneira, quando não se tem formação acadêmica mais aprimorada. O senador lembra que o FGTS representa patrimônio do trabalhador, não havendo motivos para vedar o uso da conta vinculada para custear um dos investimentos mais substanciais do indivíduo, a educação, elemento fundamental para garantir boas perspectivas de um futuro melhor para o trabalhador e sua família. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais, em regime terminativo. Ou seja, a matéria só será votada em Plenário mediante requerimento assinado por pelo menos nove senadores; do contrário, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

Pavan registra Festa Nacional do Pinhão

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) registrou a realização da 15ª Festa Nacional do Pinhão, aberta no dia 13 e encerrada domingo, em Lages (SC). Segundo Pavan, o evento é o maior acontecimento gastronômico e cultural de Santa Catarina. Realizada desde 1973, no início a festa era apenas uma manifestação

da cultura lageana, disse o senador, acrescentando que a partir de 1989 passou a ser um evento nacional. Hoje, acrescentou, a Festa Nacional do Pinhão movimentou todo o setor econômico da Serra Catarinense. Durante o evento, são apresentadas aos visitantes comidas típicas à base de pinhão e festivais de música nativista. Este ano, o aconteci-

mento contou com sete atrações nacionais: Cidade Negra, KLB, Padre Antônio Maria, Zezé di Camargo e Luciano, Raça Negra, CPM 22 e Paralamas do Sucesso. Em um palco alternativo, foram programadas apresentações de 32 bandas, escolhidas a partir de um festival realizado entre os dias 20 e 22 de março.



EVENTO NACIONAL. Leonel Pavan destaca o crescimento da festa, criada em 1973

Ensino profissionalizante precisa de apoio, diz Paim

Conforme o senador, principal programa do Ministério da Educação nessa área enfrenta falta de recursos

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), pediu apoio dos senadores para que o Ministério da Educação consiga liberar os recursos que foram contingenciados neste ano, obter uma suplementação orçamentária e garantir verbas no Orçamento de 2004 para a retomada de sua principal iniciativa de estímulo ao ensino profissionalizante, o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que participa com 50% do programa, sendo os outros 50% divididos entre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dotações orçamentárias, o Proep não tem consegui-



APELO. Paim pede a senadores ações em favor do Proep

do sequer o necessário para a contrapartida nacional. De acordo com Paim, do orçamento aprovado de R\$ 62,7 milhões, apenas R\$ 42,7 milhões foram liberados, "o que é insuficiente para sustentar os projetos em execução", observou, "pois só para os 105 convênios assinados no ano passado seriam necessários R\$ 260 milhões". O senador informou que, pe-

lo aperto orçamentário, a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico e o Proep decidiram cancelar esses convênios e suspender a seleção de novos projetos, que "deverá ser reaberta só no segundo semestre".

Em aparte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que o ensino profissionalizante foi "desmontado" no governo passado.

Projeto cria incentivo à alfabetização

As empresas de construção civil do país que aderirem ao Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace) poderão ter preferência na obtenção de recursos junto a estabelecimentos federais de crédito, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal. É o que estabelece projeto do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que tramita na Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo.

Na opinião do parlamentar, os incentivos estabelecidos em sua proposta poderão motivar as empresas que ainda não oferecem esse serviço para a questão da responsabilidade social.



CONSENSO. Paulo Octávio diz que idéia do projeto nasceu em reunião com ministro

O parlamentar explicou, ainda, que o Pace é um programa pelo qual as empresas fornecem gratuitamente aulas de alfabetização aos seus empregados, ministradas por professores e

alfabetizadores no próprio canteiro de obras, por meio de convênios com instituições públicas ou privadas que se dediquem ao ensino.

A idéia do projeto nasceu de uma reunião ocorrida em 17 de março com o ministro da Educação, Cristovam Buarque, e representantes do setor da construção civil. Paulo Octávio disse que, na ocasião, ficou reconhecida a necessidade de uma proposição que estimulasse as empresas a erradicar o analfabetismo no Brasil. Ele observou que o ministro mostrou-se "especialmente interessado" pelo tema e sinalizou a possibilidade de o governo colocar educadores à disposição para as aulas.

Raupp propõe limitar taxa para remessa de livro

O aumento no valor das taxas cobradas pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) para envio de material didático às escolas públicas, conforme avaliação do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), pode deixar sem livros cerca de 32 milhões de alunos. Com o objetivo de evitar que isso aconteça, Raupp apresentou projeto que muda a Lei de Serviços Postais, impondo limites às cobranças relacionadas com a remessa de material escolar.

De acordo com o senador, a elevação do custo cria dificuldades consideráveis para o Ministério da Educação, atingido pela política de contingenciamento do governo federal.

– Por conta da diminuição dos recursos, o Ministério da Educação terá de fazer um grande esforço para adquirir e distribuir cerca de 111 milhões de livros didáticos – comentou.

Raupp citou declaração do ministro Cristovam Buarque dando conta de que a despesa com distribuição dos livros deve crescer 300% em relação ao ano passado. O senador afirmou que a aprovação de seu projeto possibilitaria o estabelecimento de limitações tarifárias à ECT para esses casos, possibilitando o cumprimento da meta de distribuição do material.



CUSTO ELEVADO. Valdir Raupp citou informação de que a despesa deve crescer 300%

Gestão da Seguridade Social em exame na CAE

Projeto de Paulo Octávio determina aplicação dos recursos em saúde, previdência e assistência social

Proposta que impede a transferência de recursos da seguridade social para outras finalidades deverá ser discutida na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevista para amanhã, a partir das 10h. Os integrantes da comissão examinam, de

uma pauta com sete itens, projeto de lei complementar de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que vincula as remunerações das disponibilidades do Tesouro Nacional de fontes da seguridade social à aplicação obrigatória nas suas áreas: saúde, previdência e assistência social.

A iniciativa tem por objetivo, conforme justificção do projeto, contribuir no esforço que vem sendo empreendido pelo governo para equilibrar as contas da Previdência, por intermédio da Proposta de Emenda

Constitucional (PEC) nº 40, que tramita na Câmara dos Deputados (reforma da Previdência).

O relator da matéria, senador Mão Santa (PMDB-PI), é favorável ao projeto de Paulo Octávio. Ele considera que se o recurso é da seguridade e está sendo remunerado por permanecer na conta única do Tesouro, "nada mais justo que essa remuneração passe a integrar o rol de fontes que custeiam a seguridade social". O seu substitutivo, como explica no parecer, apenas torna essa determinação mais clara.



PAUTA. Senadores da CAE analisam ainda outros seis projetos

Waldemar Rodrigues

Especialistas debatem saúde mental

Atendendo a requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR), aprovado no dia 22 de maio, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública na quinta-feira, às 9h, com a finalidade de analisar o atendimento

oferecido às pessoas com necessidades psicológicas especiais. O evento também tem o objetivo de subsidiar os representantes brasileiros na 6ª Conferência

Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia, que ocorrerá em julho, em Brasília.

Foram convidados para participar do debate na CAS, que é presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado; o secretário da Associação Brasileira para o Avanço Conjunto da Filosofia, Psicopatologia e Psicoterapia, Ileno Izídio da Costa; a consultora na área de prevenção e atendimento à pessoa portadora de distúrbios graves de comportamento, Ângela Gomes; e a usuária do Sistema de Saúde Mental, Gisclair Ana de Castro.

Serys denuncia desvio de recursos

A Previdência Social brasileira não é deficitária, afirmou na sexta-feira, em Plenário, Serys Slhessarenko (PT-MT). O problema, de acordo com a senadora, é que parte dos recursos arrecadados pelo caixa da Seguridade Social – integrada pelo tripé Previdência, Assistência Social e Saúde – é desviada para outras finalidades de governo, e não para a melhoria dos serviços e pagamentos de aposentadoria e benefícios.

Somente nos meses de novembro e dezembro do ano passado, observou Serys, foram retirados dos cofres do sistema nada menos do que R\$ 6 bilhões para financiamento de obras, despesas com pessoal e compra de material dos mais diversos órgãos da administração pública federal.

– Realmente, com tanto desvio de recursos, a Previdência



QUESTÃO AMPLA. Previdência não é apenas um problema econômico, diz Serys

tem mesmo que ser deficitária – analisou. Ela disse estranhar que, mesmo com proteção de dispositivo constitucional que impede a utilização dos recursos previdenciários para outros fins, o governo anterior tenha lançado mão do dinheiro. E manifestou a esperança de que o mesmo não ocorra agora.

A senadora leu 13 dispositivos, entre decretos e leis publicados no *Diário Oficial da União*, autorizando a transferência de recursos da Seguridade Social para órgãos federais, entre eles os Ministérios da Fazenda; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Planejamento; e Integração Nacional, no valor de R\$ 250 milhões.

– Não fossem esses empréstimos, não teria a Previdência recursos para cumprir com todas as suas obrigações para com os seus segurados? – questionou Serys, ao colocar em dúvida se o presidente Lula tem conhecimento sobre os desvios de recursos. Para a senadora, a questão não pode ser resumida a um problema econômico, "devendo ser analisada com seriedade e debatida por estudiosos do Direito".

PT apóia reforma com emendas, diz Paim

A decisão da bancada do PT na Câmara, de apresentar nove emendas à proposta de reforma da Previdência, enviada pelo governo, recebeu o apoio do vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento no Plenário na sexta-feira. Ele disse que a posição dos senadores do partido é semelhante à manifestada pelos deputados.

– Cerca de 80% dos senadores do partido são favoráveis à reforma da Previdência encaminhada pelo governo, mas com mudanças – estimou Paim.

O senador elogiou a decisão

da bancada da Câmara, que, por 32 votos a 22, além de 38 abstenções, votou na última quarta-feira as mudanças selecionadas por um grupo de sistematização coordenado pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). "A bancada do PT não é contra a reforma da Previdência", afirmou. "Mas a maioria não aceita a Proposta de Emenda à Constituição nº 40 como ela está", explicou o senador, que foi comunicado pelo relator da matéria na Câmara, deputado José Pimentel (PT-CE), de que haveria mudanças no texto em tramitação. Paim disse que o Senado fará

modificações se o texto a ser aprovado pela Câmara não atender ao que a maioria dos senadores defende. Ele considerou que as emendas do PT propõem algumas alterações fundamentais. Uma delas, segundo Paim, é a de transferir para os estados e municípios a definição do teto de isenção da contribuição dos servidores inativos. Para a União, disse, a isenção continuaria a ser de R\$ 2.400.

– Teremos ainda regras de transição. Não será permitido ao funcionário, a um mês da aposentadoria, perder 50% dos seus vencimentos – anunciou.

Subcomissão planeja atividades

A Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, reúne-se amanhã, após a ordem do dia, para elaborar o seu cronograma de trabalho. No dia 3 de abril, as senadoras Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Roseana Sarney (PFL-MA) foram eleitas, respectivamente, para os cargos de presidente e vice-presidente da subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) irá ocupar o cargo de relatora-geral da subcomissão.

Lúcia Vânia adiantou que um dos objetivos que perseguirá será acompanhar os trabalhos do Executivo na área da infância e da adolescência. Ela acrescentou que a subcomissão procurará fiscalizar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.



PARCERIA. Subcomissão da Criança acompanhará ações do Executivo, diz Lúcia Vânia

José Cruz

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelo senador Paulo Paim e pelas senadoras Serys Slhessarenko e Iris de Araújo